

Planalto teme os desvios

GUIOMAR CAMPELO

O receio do Governo Federal de que os governadores desviem os recursos decorrentes da rolagem da dívida externa de seus Estados para as campanhas eleitorais é que está retardando um acerto em torno do percentual fixado na proposta do Orçamento da União para o próximo ano em exame pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

Assessores do presidente José Sarney explicam que aumentando de 75 por cento para 85 por cento o volume da dívida a ser pago no próximo ano, os governadores, com a folga nas finanças, desviarão os recursos que poderiam ser aplicados em programas setoriais para áreas não-prioritárias, cujo objetivo de realização seria somente eleitoral, com vistas a uma vitória em 15 de novembro. O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, foi cético ontem, em entrevista no Palácio do Planalto, quanto a um possível acordo com os governadores em torno do alargamento do percentual fixado no Orçamento.

Ele entende que se o Congresso alterar a proposta do Executivo, terá que apontar outros setores para o corte, "desde que não sejam em salários, dívida ou transferência para estados e municípios". Ele também não concorda com a criação de mais impostos, que seria a primeira alternativa a ser cogitada. De qual-

quer forma, observa o ministro, se o Congresso fizer qualquer alteração na proposta orçamentária os efeitos virão através do corte de programas prioritários do Governo Federal.

A estratégia do Governo, nesse ponto, é de utilizar inclusive o poder de persuasão dos inúmeros lobbies que funcionaram no Congresso durante a Constituinte e voltarão a trabalhar em defesa das linhas de recursos fixadas para cada ministério ou empresa estatal. De acordo com assessores palacianos, será muito difícil, por exemplo, promover cortes no programa nuclear desenvolvido pela Marinha, ao qual estão ligadas cerca de 200 empresas. Quem vai cortar os recursos previstos para o Funcafê ou até para o Projeto Calha Norte, administrado pelo Conselho de Segurança Nacional? é a pergunta que fazem os assessores da Presidência da República.

Com o respaldo do Palácio do Planalto, os ministros da área econômica são de opinião que a atual postura dos governadores, que alegam não poder pagar em 1989 os 25% da dívida externa que o Governo pretende, é de natureza exclusivamente eleitoral e, por isso, muita reunião ainda vai acontecer entre os técnicos da área econômica, os emissários dos governos estaduais e integrantes da Comissão Mista que examina o Orçamento.